

## Investimento Social e Perfil dos Usuários do Primeiro Restaurante Popular de Belo Horizonte - MG

Fátima Marília Andrade de Carvalho<sup>1</sup>, Sheyla Sant'Anna Amorim<sup>2</sup>, Margarida Maria Santana da Silva<sup>3</sup>, Sebastião Teixeira Gomes<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, 36570-000 Viçosa – MG. E.mail: fmac@ufv.br

<sup>2</sup> UNA- Centro Universitário, Rua Aimorés, 1.451, Lourdes, 30.140-071 – Belo Horizonte – MG.

<sup>3</sup> Departamento de Nutrição e Saúde, Universidade Federal de Viçosa, 36570-000 - Viçosa -MG

<sup>4</sup> Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, 36570-000 Viçosa – MG. E.mail: stg@ufv.br

### Resumo

*Este artigo desenvolve uma análise comparativa dos resultados referentes ao funcionamento do Primeiro Restaurante Popular de Belo Horizonte, Minas Gerais, no período de 1994 a 2003, com os de avaliações anteriores, abrangendo os serviços prestados e os impactos dos subsídios fornecidos pelo poder público municipal. Foram consideradas variáveis que caracterizam os usuários, tais como sexo, faixa etária, local de residência, profissão e número de freqüentadores por faixa de renda. Na correlação entre renda e variáveis selecionadas, constatou-se associação direta com escolaridade e composição da renda familiar. A faixa etária e o número de familiares que freqüentam o estabelecimento tiveram comportamento inversamente correlacionado com a renda. As variáveis sexo e freqüência do usuário no Restaurante Popular não apresentaram correlação significativa estatisticamente com a renda. O subsídio existente foi considerado altamente significativo pelos usuários, ou seja, o grau de aceitação a essa política assistencial por meio do fornecimento de alimentação pronta, a preços satisfatórios, é considerado de fundamental importância para os usuários.*

**Palavras-Chave:** política pública, política social, política de alimentação.

## Social Investment and Users Profile of the First Popular Restaurant in Belo Horizonte - MG

### Abstract

*This study analyzes the results of the operation of the First Popular Restaurant of Belo Horizonte, Minas Gerais, during the period 1994 to 2003 in comparison with previous evaluations and involving the services rendered and the impacts of the subsidies supplied by local authorities. It classified variables that characterize the users, such as gender, age group, addresses, profession, number of costumers by social class and income. Findings showed a degree of satisfaction with rendered services. In the correlation between income and selected variables, there was a direct association between this variable and education and composition of the family income. The variables age group and number of relatives that eat at the restaurant were inversely correlated with income. The variables gender and frequency of eating at did not present statistically significant correlation. The study concluded that the prompt serving of meals at satisfactory prices, by means of public subsidy, contributed to a high level of satisfaction by the users of this services provided by the municipal government of Belo Horizonte.*

**Keywords:** public police, social police, alimentation police.

# 1. Introdução

## 1.1 Considerações gerais

Entre as políticas públicas adotadas para minimizar os problemas sociais, enquadram-se algumas destinadas à segurança alimentar e nutricional, que passaram a ocupar lugar de destaque no atual cenário socioeconômico do país (ARANHA, 2000). Esta é uma das prioridades do atual governo, cuja proposta é desenvolver ações que visem erradicar a fome no país.

Vários estudos têm demonstrado a inter-relação da ingestão calórica e a produtividade no trabalho. Segundo Boianovski *apud* GOMES (1982), quando o trabalhador é mal alimentado sua força muscular pode ser reduzida em 30% e a precisão de seus movimentos, em 15%. A importância da alimentação equilibrada é evidenciada não só em nível orgânico e de saúde, como também do ponto de vista econômico, já que uma nutrição equilibrada gera melhores condições de dispêndio energético e, conseqüentemente, maior capacidade de trabalho (MOURA, 1986).

Uma população subnutrida acarreta, entre outros problemas, elevados custos ao estado, visto que resulta na redução da vida média e dos anos produtivos; no maior índice de absenteísmo por acidentes e doenças, além de maior prevalência de patologias transmissíveis; na dificuldade de aprendizagem, que eleva o tempo de permanência nas escolas sem o devido retorno em termos de escolaridade, aferida como séries concluídas; na necessidade de maior assistência médica com conseqüente impacto nos custos do Sistema Único de Saúde; e na diminuição da produtividade. Além disso, quando a situação se agrava até o limite da carência alimentar, há riscos seriíssimos que comprometem a ordem social (GOMES, 1982).

Com vistas ainda em oferecer melhor atendimento nutricional ao trabalhador, foi criado, em 1976, o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), integrado ao Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN/1976-82), com o objetivo de proporcionar facilidades de alimentação aos trabalhadores de baixa renda, para melhorar suas condições de saúde, aumentar a produtividade e reduzir os índices de absenteísmo e de acidentes de trabalho (NABUCO e PESSOA, 2001). Até a década de 80, dava-se maior relevância aos aspectos econômicos do não-acesso à alimentação saudável, à baixa produtividade dos trabalhadores e ao impacto negativo nas finanças públicas. Neste contexto, o PAT, criado pelos empregadores como uma necessidade e incorporado pelos trabalhadores como um direito, não tem como filosofia a garantia do direito humano básico à alimentação, mas sim o investimento no capital humano. Este programa subsiste ao longo dos anos como uma conquista dos trabalhadores, apesar de alterações na gestão pública (ESCODA, 1983).

Paralelamente a esta filosofia capitalista, surgem, na década de 40, iniciativas para garantia do direito humano à alimentação, com a implementação de restaurantes populares que visam minimizar os impactos causados pela escassez e carestia dos alimentos, decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Emergem como bem público e direito de cidadania, por considerar que da alimentação saudável dependem a vida e a saúde também das gerações futuras, sendo uma política aberta à população como um todo, e não apenas a funcionários de empresas (ALMEIDA, 1997). No entanto, nos governos militares estes restaurantes foram fechados por motivos políticos.

Na atualidade, a implantação de restaurantes populares em grandes centros urbanos é um dos programas integrados à rede de ações e programas do Fome Zero, política de inclusão do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS. Este programa tem o objetivo de proporcionar alimento nutricionalmente equilibrado aos trabalhadores urbanos, cujos salários não conferem acesso aos alimentos comercializados nos restaurantes tradicionais, além de a distância do local de emprego até o domicílio não permitir o deslocamento dos trabalhadores para almoçar junto à família (MDS, 2005).

O Diretor de Promoção de Sistemas Descentralizados, da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, afirma que, para o Ministério, o Restaurante Popular é um equipamento com potencial indutor da construção de um Sistema Municipal de Segurança Alimentar. Entende que ele possui potencial para promover e integrar uma rede operacional, constituída por instrumentos como banco de alimentos, mercado público popular, feiras livres e hortas urbanas (MOREIRA, 2005).

O INSTITUTO PÓLIS (2005), ao efetuar em 2005, para o MDS, a Pesquisa “Mapeamento e Caracterização de Restaurantes Populares-2005” no Brasil, revelou que existe grande heterogeneidade entre as diferentes unidades, que totalizam 111 restaurantes populares, 94 em funcionamento e 17 em implantação. Estão localizados em 18 estados e 59 municípios; 50% concentram-se na região Sudeste (38 unidades no estado de São Paulo, 9 no Rio de Janeiro e 9 em Minas Gerais), e há também presença expressiva nos estado do Rio Grande do Sul (12 unidades) e no Distrito Federal (9 unidades).

Este enfoque do alimento como direito humano e, portanto, obrigação do Estado fortaleceu-se na década de 90, quando foi elaborada uma proposta de “Política Nacional de Segurança Alimentar” com subsequente criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar-CONSEA. Em 1995, o CONSEA foi extinto e o atual Presidente da República o reconstituiu, tornando a Segurança Alimentar e Nutricional-SAN uma prioridade de seu governo. A SAN envolve muito mais que oferta adequada de alimentos à população socialmente vulnerável à fome, pois preza pela garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro, já que deve se realizar em bases sustentáveis. Todo país deve ser soberano para assegurar sua soberania alimentar, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de alimentar-se. Cabe aos Estados Nacionais assegurar este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, para que cada parte cumpra suas atribuições específicas (CONSEA, 2004).

Assim, ações que visem melhorar o estado nutricional devem ser consideradas direito humano, aumento no bem-estar e, também, um investimento, já que poderão promover melhoria nas condições de vida futura e na capacidade de produção da sociedade. Estudos sobre os impactos de políticas públicas na área nutricional, feitos pela *Food and Agriculture Organization* (FAO), pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), constataram que acréscimo de 1% de calorias disponíveis per capita correspondeu a um incremento de 2,27% na produtividade do trabalho. Esse acréscimo foi significativo, se comparado ao aumento, de igual magnitude (1%), em investimentos em habitação, cuja resposta foi de 0,14% na produtividade do trabalho, e em investimentos em segurança nacional, de 0,04% (PROENÇA, 1997).

Nessa perspectiva de SAN, a Secretaria Municipal Adjunta de Abastecimento de Belo Horizonte (SMAAB-BH) centraliza a coordenação e execução de 18 programas ligados às políticas dos eixos regulatórios, compensatórios e de práticas urbanas de valorização dos alimentos, por três linhas básicas: produção, comercialização e consumo dos alimentos. Nesta última linha está inserido o Restaurante Popular (LACZYNSKI, 2000).

### **1.2 O Restaurante Popular de Belo Horizonte**

O objetivo principal do Restaurante Popular de Belo Horizonte é fornecer alimentação equilibrada, de qualidade e a baixo custo, favorecendo o acesso ao alimento sobretudo à população de baixa renda, público que necessita se alimentar fora de seu domicílio e apresenta restrições orçamentárias, visto que não tem acesso ao mercado tradicional de refeições. Assim, com base em pesquisa realizada pela SMAAB, em junho de 1993, concretizou-se a proposta de criação do referido restaurante (NABUCO e PESSOA, 2001).

A implantação do Restaurante Popular-RP contou com três momentos. A primeira tentativa foi no período de 1988-1990, sob gerenciamento de agentes privados com total autonomia. Esta experiência não foi bem sucedida e, de 1990 a 1992, ele inicialmente foi fechado para reformas e passou a funcionar em modelo experimental, tendo a SMAAB assumido sua gerência com modelo híbrido de gestão, já que público e privado atuavam juntos, sob gerência técnica e orçamentária do primeiro. Em julho de 1994, o RP foi reinaugurado, administrado pelo setor público por intermédio da SMAAB. O sucesso desta nova experiência desencadeou a abertura da segunda unidade, no primeiro semestre de 2005 (SANTOS, 2000).

No que se refere à localização, por ocasião de sua reabertura verificou-se que, num raio de 500 metros do local definido para seu funcionamento, havia uma concentração de trabalhadores com renda mensal até dois salários mínimos, ou seja, um público que fazia parte da faixa que a prefeitura municipal de Belo Horizonte (PBH) pretendia beneficiar, já que não estavam cobertos pelos programas subsidiados pelo governo federal, por serem aposentados ou trabalhadores do mercado informal. A localização ocorreu na região central do município, assim como em 65% dos restaurantes populares do país (MALUF, 2005). Outro fator considerado importante na localização do Restaurante Popular foi a sua proximidade com a rodoviária de Belo Horizonte, já que poderia beneficiar pessoas em trânsito no município, as quais não tinham condições de arcar com os custos de alimentação oferecida pelo setor de serviços do município. Neste momento, buscou-se, também, demonstrar que o poder público tinha condições de gerenciar e ser eficiente por meio de um modelo de gestão governamental, visto que o Restaurante Popular em Belo Horizonte já tinha sofrido duas experiências mal sucedidas (NABUCO e PESSOA, 2001).

Os programas sociais demandam tempo para que seus resultados possam ser alcançados e muitas vezes sofrem descontinuidades, antes que os resultados possam ser verificados e analisados. Em razão disso e em face da importância do Restaurante Popular, faz-se necessário avaliá-lo, com o intuito de subsidiar os formuladores de políticas públicas em suas tomadas de decisão, uma vez que as políticas públicas compensatórias continuam dependentes do apoio governamental, especialmente as ações emergenciais para atendimento à população carente. A implementação dos restaurantes populares destaca-se, visto que grande parte da população que trabalha em áreas metropolitanas faz, pelo menos, uma das suas refeições fora de seu domicílio, razão da necessidade de disponibilizar alimentação de qualidade, a preços reduzidos.

Assim, a proposta deste trabalho foi analisar, comparativamente, os resultados obtidos nesta pesquisa com os indicadores pesquisados em avaliações anteriores. A relação entre o conjunto de indicadores analisados e a renda familiar tem importância na identificação da melhoria das condições socioeconômicas do público beneficiado pelo Restaurante Popular.

## 2. Referencial Metodológico

Políticas sociais são, por definição, compensatórias para o funcionamento normal da sociedade, visto que objetivam combater distorções inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista, que provoca discriminações e amplia a distância entre ricos e pobres. Na sociedade capitalista, as famílias não se apresentam em igualdade de condições, pois as mais pobres tendem a reproduzir, com continuidade, o ciclo de pobreza, que envolve má alimentação, baixo nível educacional, saúde instável, baixa renda e instabilidade no emprego. É função do Estado, portanto, desencadear políticas sociais, como programas de suplementação alimentar para crianças até seis anos e para mães nutrizes e gestantes, que visem equiparar oportunidades entre pobres e ricos, quebrando a continuidade do ciclo da pobreza (BELIK e GROSSI, 2003).

Inúmeros países do mundo têm procurado evitar desperdício alimentar e melhorar a qualidade de vida da população, mediante distribuição eqüitativa de recursos por meio de um sistema de planejamento econômico, que não se restringe às funções de governo, mas compreende todo e qualquer processo de elaboração, execução e controle de um plano preestabelecido. Assim, a avaliação social permite examinar os efeitos diretos e indiretos que são ou serão causados por determinado projeto, sinalizando se a economia como um todo está sendo favorecida ou prejudicada por ele. A aceitação ou rejeição da análise social de projetos constitui instrumento útil ao processo decisório, embora sempre reflita um juízo de valor.

Políticas públicas que visem aumentar a renda dos trabalhadores ou que diminuam os preços dos alimentos, sem dúvida, seriam eficientes para combater ou diminuir a desnutrição. Dessa forma, não há dúvidas quanto à relação entre melhoria nutricional e uma série de indicadores econômicos, sociais e ambientais (MENEZES et al., 2002; LIMA, 2005).

Tendo em vista que é de responsabilidade do setor público o financiamento de educação, saúde, alimentação, transporte, segurança, dentre outros, para a coletividade, e que estes bens são financiados pela taxaço, a grande dificuldade passa a ser a metodologia de avaliação desses projetos. Enquanto os projetos privados são avaliados por sua rentabilidade financeira, os públicos não podem ser justificados por este indicador, por levarem em consideração determinados objetivos implícitos, como direito do cidadão, geração de empregos, utilização de recursos naturais nacionais, economia de divisas, atendimento a necessidades prioritizadas por políticas públicas, dentre outros.

Dessa forma, a avaliação efetuada neste trabalho constituiu-se de uma análise da evolução dos indicadores socioeconômicos dos usuários, por meio de análises tabulares e comparativas, em que se utilizaram tabelas, gráficos e estimativas de coeficientes de correlação simples para verificar os benefícios diretos e indiretos que o Restaurante Popular proporcionou ao público assistido. Utilizou-se a renda dos usuários como atributo para estratificação e consideraram-se as variáveis sexo, faixa etária, grau de escolaridade, local de residência, profissão, local de trabalho, composição da renda familiar e frequência de utilização do restaurante. A análise desses indicadores permitiu verificar a motivação, a frequência e a avaliação dos serviços pelos usuários. Assim, pôde-se avaliar o atendimento aos objetivos do Restaurante Popular, especialmente no que se refere ao seu papel social.

A análise de correlação permitiu verificar o grau de associação entre as variáveis, relacionadas com os usuários do Restaurante Popular, e, por consequência, o atendimento de seus objetivos. O coeficiente de correlação linear, permite verificar o grau de associação entre as variáveis analisadas e varia de  $-1$  a  $1$ . Assim, se a correlação entre duas variáveis for positiva, haverá associação direta entre estas. Isto quer dizer que à medida que uma variável ( $x$ ) aumentar, a outra ( $y$ ) também aumentará e, à medida que  $x$  diminuir,  $y$  também diminuirá. Se a correlação entre as duas variáveis for negativa, ter-se-á então uma associação indireta, ou seja, à medida que  $x$  aumentar,  $y$  diminuirá e ambas tenderão a variar juntas, porém em sentido contrário (HOFFMAN, 1977).

### **3. Fonte de dados e amostra**

**Foram utilizados dados secundários, obtidos de pesquisa feita com 300 usuários realizada por CARVALHO (2001) e dados primários, obtidos desta pesquisa com 400 usuários do Restaurante Popular I do município de Belo Horizonte-MG, realizada em 2003, por análise evolutivo-comparativa**

A renda bruta familiar dos usuários do Restaurante Popular I foi utilizada como atributo na estratificação, sendo G1 o grupo que possuía renda familiar até dois salários mínimos (SM); G2, de 2 a 4 SM; e G3, mais de 4 SM.

## 4. Resultados e Discussão

### 4.1 Características socioeconômicas dos usuários do Restaurante Popular I, de Belo Horizonte

#### **Faixa de renda**

Os usuários, cuja faixa de renda se situava em 2 SM, tinham maior parcela de representatividade, dentre os entrevistados, 39,8% (Tabela 1). A segunda faixa, também com alta representatividade, era constituída dos usuários que possuíam renda de 2 a 4 SM, 34,5%. Considerando-se o acumulado de usuários que recebiam até 4 SM, observa-se que 74% destes estavam situados nessa faixa de renda familiar.

TABELA 1 – Distribuição percentual dos usuários por faixa de renda familiar ( $n = 400$ ), Belo Horizonte, 2003.

Faixas de renda	Usuários (%)
<b>Até 2 SM</b>	39,8
De 2 a 4 SM	34,5
Acima de 4 SM	25,7
Total	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2003.

Segundo dados do DIEESE (2004), o poder de compra de um salário mínimo correspondia, em 2004, a um terço do poder de compra de um salário mínimo na época de sua instituição, em 1940. Assim, pessoas assalariadas que ganhavam mais de um salário mínimo tiveram sua renda reduzida pelo poder de compra do salário mínimo vigente. Entretanto, considerando apenas o período de 1994 a 2004, observa-se alteração positiva no poder de compra do salário mínimo, em Belo Horizonte, quando comparado com o período de 1940 a 2004, segundo dados da FUNDAÇÃO IPEAD/UFMG (2004).

Os dados da Tabela 2 mostram que, nos anos de 1994, 1995, 1997 e 2001, houve predominância de usuários com renda até 2 SM, em torno de 40%, enquanto em 1999 o maior percentual ficou entre os usuários que possuíam renda de 2 a 4 SM, seguido dos usuários com faixa de renda até 2 SM. Desta forma, observa-se que, na amostra, não houve mudança no perfil dos usuários, em termos percentuais, quanto à faixa de renda familiar.

TABELA 2 – Distribuição percentual dos usuários do Restaurante Popular I, por faixa de renda ( $n = 400$ ), Belo Horizonte, 1994-2001

Faixa de renda	1994	1995	1997)	1999	2001
<b>Até 2 SM</b>	45,5	42,2	53,1	34,9	40,0
De 2 SM a 4 SM	28,1	34,5	25,7	41,5	35,0
Acima de 4 SM	26,4	23,3	21,2	23,6	25,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Relatórios de pesquisas realizadas pela SMAAB. Relatório de pesquisa (CARVALHO, 2001).

#### **Sexo e faixa etária**

Os resultados obtidos mostram que há preponderância de usuários do sexo masculino em todos os estratos de renda analisados, com mais evidência na faixa de renda maior que 4 SM (85%) e entre pessoas aposentadas (21,8%). Quanto aos usuários do sexo feminino, há maior predominância na faixa até 2 SM (27,7%) e, também, de aposentados (23,8%). Essa maior incidência de aposentados no Restaurante Popular I se deve ao fato de estas pessoas

estarem voltando ao mercado de trabalho para complementarem a renda familiar e, ou, pelo fato de morarem sozinhas e de o Restaurante Popular ser uma alternativa de menor custo.

Ao comparar os dados obtidos nas pesquisas de 2001 e 2003, é possível verificar que, com relação à variável sexo, o perfil do usuário do Restaurante Popular I não sofreu alterações. Segundo CARVALHO (2001), há preponderância de usuários do sexo masculino, 77%, e apenas 23% do sexo feminino.

Segundo NABUCO e PESSOA (2001), em 1993 foi realizada uma pesquisa no entorno do Restaurante Popular I, com vistas em identificar o perfil alimentar dos trabalhadores no comércio do centro de Belo Horizonte, para operacionalização do projeto de reabertura do Restaurante Popular I. A partir dos resultados obtidos, constatou-se que 64% dos entrevistados possuíam renda até 2 SM; 27%, de 2 a 5 SM; 5%, de 5 a 10 SM; e 4%, acima de 10 SM.

Na reabertura do Restaurante Popular I, em 1994, verificou-se que cerca de 45,5% dos entrevistados possuíam renda familiar até 2 SM. Observa-se certa estabilidade no perfil de renda dos usuários, ao longo dos 10 anos de funcionamento, da mesma forma que o poder de compra da cesta básica, que se manteve também razoavelmente estável.

Pelos resultados da análise da faixa etária, constata-se que 62% dos usuários entrevistados tinham mais de 40 anos; 39,5%, de 40 a 60 anos; e 22,5%, mais de 60 anos. Parcela representativa dos usuários era de pessoas aposentadas, 22,5%, resultado que reafirma o indício de que muitas pessoas, mesmo depois de aposentadas, retornam ao mercado de trabalho para complementação da renda. Dentre os usuários na faixa etária de 18 a 40 anos, 45,6% tinham renda familiar segregada acima de 4 SM, fato que demonstra que, nessa faixa etária, a população atualmente em idade produtiva corresponde ao maior índice de faixa de renda. Isso pode ser justificado pelo fato de a maioria dos entrevistados trabalharem na regional centro-sul, onde o Restaurante Popular I está localizado, o que faz com que o acesso a ele seja facilitado.

#### ***Local de residência, frequência de uso e fonte de informação***

A capital mineira conta com um modelo de administração descentralizado distribuído em regionais, com implementação do planejamento de orçamento participativo que permite a população atuar ativamente em diferentes etapas do processo administrativo. Esta divisão considera a conformação geográfica do município e está constituída de nove regionais. Nesta pesquisa, foi possível constatar que o Restaurante Popular I atendia, de maneira genérica, à população residente em todas as regiões da capital e da região metropolitana, porém atendia, de forma mais freqüente, àqueles que residiam em bairros mais distantes do centro da capital, nos demais municípios da região metropolitana e em outros municípios, este último devido à sua proximidade com a rodoviária.

Esses resultados são condizentes com o objetivo do Restaurante Popular I, que é o fornecimento de alimentação de qualidade, a preço baixo, àqueles trabalhadores que, por morarem distantes de seus locais de trabalho, necessitam fazer pelo menos uma das refeições, geralmente o almoço, fora de seu domicílio e também às pessoas de baixa renda, em trânsito pelo município (Tabela 3).

De acordo com a distribuição total dos locais de residência, percebe-se que o maior percentual dos usuários residia na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Nos estratos G1 e G2, os residentes desta região eram, em percentual, 18,2% e 23,2%, respectivamente; no G3, a maior concentração de usuários residia na região Noroeste e na Centro-Sul, que representavam, no universo pesquisado, o segundo maior grupo de usuários, por local de residência.

As pesquisas realizadas anteriormente apresentaram distribuição, em relação à moradia, semelhante à observada em 2003. Em 1994, 26,5% dos usuários residiam em outras

idades, embora o item '*região metropolitana e outras cidades*' se confunda, pois a região metropolitana engloba, além de Belo Horizonte, cidades circunvizinhas como Ravena, Raposos, Betim, Contagem, entre outras, o que pode provocar distorções na comparação deste percentual com os obtidos em 1995 (30,0%), 1999 (31,6%) e 2001 (29,0%). Em 1997, a região de destaque, como moradia dos usuários, foi a Noroeste, cujo percentual de entrevistados foi 20,2%.

TABELA 3 - Distribuição dos usuários do Restaurante Popular I, por local de residência ( $n = 400$ ), Belo Horizonte, 2003.

Região	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1	G2	G3
Norte	4,0	3,8	6,5	1,0
Noroeste	16,0	14,5	16,8	16,5
Nordeste	9,0	6,9	9,4	10,7
Leste	8,0	12,6	3,6	7,8
Oeste	8,0	8,8	6,5	8,7
Centro-Sul	10,0	6,3	10,1	16,5
Pampulha	7,0	8,2	5,8	5,8
Venda Nova	8,0	7,5	9,4	6,8
Barreiro	5,0	6,3	2,2	4,9
Região metropolitana	18,0	18,2	23,2	15,5
Outras cidades	7,0	6,9	6,5	5,8
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0

Renda familiar em Salário Mínimo (SM): G1  $\leq$  2SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, mais de 4 SM

Fonte: Dados da pesquisa, 2003.

Esta região apareceu como segunda colocada nos anos de 1994, 1995, 1999 e 2001, com os respectivos percentuais de 17,5%, 14,8%, 12,8% e 19%.

Ao comparar o local de residência com o número de pessoas da mesma família que freqüentavam o Restaurante Popular I, observa-se que, em todas as faixas de renda analisadas, houve predominância apenas do usuário que participou desta pesquisa. Este fato está relacionado com a distância do domicílio ao Restaurante Popular I, o que dificulta o acesso dos demais membros da família e torna o custo inviável, já que o deslocamento envolve custos de transporte.

A maioria dos usuários pesquisados (42,8%) utilizava o serviço do Restaurante Popular I nos cinco dias da semana em que este funcionava para o almoço. Com relação à freqüência destes no jantar, observa-se que este serviço não era utilizado, visto que, nesse horário, o usuário já não se encontrava mais no centro de Belo Horizonte, pois já havia encerrado seu expediente de trabalho.

Os meios de veiculação da existência do restaurante revelam que a indicação de outros usuários consiste na parcela mais importante de divulgação e estímulo à utilização desse serviço, representando, aproximadamente, 34% do G1, 44% do G2 e 37% do G3. Esses percentuais são representativos, visto que na segunda forma de divulgação, que é a própria fachada do Restaurante Popular I, os percentuais foram de 28%, 25% e 25%, respectivamente, para G1, G2 e G3.

Ao comparar os resultados totais da pesquisa feita em 2003 com os de CARVALHO (2001), a despeito da estratificação por renda utilizada, percebe-se que os índices são semelhantes, ou seja, em 2001, 43% da amostra havia tomado conhecimento da existência do restaurante por meio de indicação pessoal e 32%, pela fachada do restaurante.

### Profissão, escolaridade e formação da renda familiar

Com relação à profissão e escolaridade dos usuários (Tabelas 4 e 5), observa-se que, nas três faixas de renda consideradas, a maior frequência de usuários era de aposentados (27,6% dos usuários com renda até 2 SM; 19,6%, de 2 a 4 SM; e 17,5%, acima de 4 SM). Dentre os usuários que possuíam renda até 2 SM, 40,9% tinham até quatro anos de estudo; e de 2 a 4 SM e acima de 4 SM, segundo grau, 44,2% e 38,8%, respectivamente.

Pelos resultados de pesquisas anteriores realizadas pela SMAAB-BH e por Carvalho (2001), em 1994, 56,6% dos entrevistados tinham até oito anos de estudo; em 1995, 49,2%; em 1997, 64,7%; em 1999, 52,2%; em 2001, 51%, e representavam a maior parcela dos usuários. Na pesquisa de 2003, esse percentual passou para 47,8%, ou seja, comparado com o de pesquisas anteriores, este resultado confirma a tendência anterior de queda de participação deste grupo, embora sem perda de representatividade.

Este percentual, em torno de 50% para cidadãos com mais de oito anos de estudo, tem sido mantido na vigência do modelo de gestão integral da SMAAB, o que também pode ser um indicativo da qualidade do serviço, pelo fato de ser utilizado por cidadãos com maior nível de informação, variável esta que se relaciona com o nível de exigência de serviços prestados.

TABELA 4 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular I, por profissão e renda ( $n = 400$ ), Belo Horizonte, 2003

Profissão	Total (%)	Estrato (%)*		
		G1	G2	G3
Desempregado	9,5	16,4	7,2	1,9
Estudante	3,0	1,3	3,6	4,9
Funcionário público	7,5	2,5	7,9	14,6
Funcionário privado	11,5	6,3	14,5	15,5
Profissional liberal	7,8	3,1	9,4	12,6
Autônomo	12,8	14,5	10,1	13,6
Aposentado	22,3	27,6	19,6	17,5
Do lar	2,0	3,7	1,5	0,0
Mercado informal	4,0	6,3	4,3	0,0
Comerciário	4,8	2,5	7,3	4,9
Vigia	2,8	1,3	4,3	2,9
Outros	12,0	14,5	10,3	11,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

\* Renda familiar em Salário Mínimo(SM):G1  $\leq$  2SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, mais de 4 SM.

Fonte: Dados da pesquisa , 2003.

TABELA 5 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular I, por escolaridade e renda ( $n = 400$ ), Belo Horizonte, 2003

Escolaridade	Total (%)	Estrato (%)*		
		G1	G2	G3
Sem instrução	2,8	6,3	0,0	1,1
1. <sup>a</sup> à 4. <sup>a</sup> série	23,5	40,9	14,5	8,7
5. <sup>a</sup> à 8. <sup>a</sup> série	24,3	24,5	31,2	14,5
2. <sup>o</sup> grau	34,0	22,0	44,2	38,8
Superior	15,4	6,3	10,1	36,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Renda familiar em Salário Mínimo(SM):G1  $\leq$  2SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, mais de 4 SM.

Fonte: Dados da pesquisa , 2003.

Comparado com resultados anteriores, em termos de profissão, observa-se mudança no perfil dos usuários. Em 1994, a profissão de maior destaque era prestação de serviços, percentual de 52,68%, sendo os aposentados apenas 13,83% dos entrevistados. Em 1995, quando foram incluídos os empregos formais, informais, aposentados ou desempregados, 45,82% dos entrevistados tinham empregos formais, e apenas 9,83% eram aposentados. Em 1997, o critério de estratificação também se diferenciou dos anos anteriores, uma vez que o grupo de usuários foi dividido entre pessoas que trabalhavam (71,63%), que não trabalhavam (27,88%), e que não haviam respondido (0,48%). Dentre os que trabalhavam, a atividade de maior representatividade, segundo os entrevistados, era de comerciário, 25,5%, e de aposentados, 44,92%. Na pesquisa de 1999, apenas foram especificados os usuários que trabalhavam, 72,2%, e os que não trabalhavam, 27,8%. Dos que não trabalhavam, 46,8% eram de aposentados e 41,4%, desempregados. No caso da pesquisa de CARVALHO (2001), 19% dos usuários pesquisados eram do setor privado.

O aumento considerável do número de aposentados, 22,3%, observado na pesquisa de 2003, se deve ao fato de essa categoria retornar ao mercado de trabalho para complementação da renda, dada a diminuição do poder de compra do salário e dados os reajustes das aposentadorias e pensões, que não têm acompanhado os índices de inflação.

Somente na pesquisa realizada por Carvalho (2001) e na realizada em 2003, levantou-se a questão do número de pessoas que compunham a renda familiar, sem, no entanto, verificar o número de membros da família. Em 2001, os resultados mostraram que, em 46% do grupo analisado, apenas uma pessoa era responsável pela renda familiar; em 2003, nas classes de renda até 2 SM, esse percentual era de 69,18%; nas de 2 a 4 SM e acima de 4 SM, de 49,28% e 32%, respectivamente. No grupo G3, tem-se também uma coincidência de percentual (32%), visto que duas pessoas compunham a renda familiar. Em todas as classes, predominou apenas uma pessoa como responsável pela renda familiar, o que caracteriza redução no número de pessoas economicamente ativas nos domicílios, numa estrutura social em que o trabalho fora do lar se torna uma busca de todos os membros da família, e não mais apenas do “chefe da família”. A mulher entrou, de forma agressiva, no mercado de trabalho após a Segunda Guerra Mundial, e o número de famílias com mulheres que trabalham fora de casa continua a subir (SOARES e IZAKI, 2002), fator que pode indicar redução nos postos de trabalho.

#### **4.2. Avaliação dos serviços prestados pelo Restaurante Popular I**

##### **Higiene, atendimento, localização, segurança e espaço físico**

Os resultados referentes à avaliação da higiene do Restaurante Popular I, por estrato de renda, mostram que, independente da renda, a higiene foi classificada como boa por 40% dos usuários, em todos os níveis de renda. A pior classificação, péssima, obteve percentual pequeno, ou seja, 1,4%, e, no grupo de menor renda, nenhum usuário a considerou péssima. A insatisfação com esse aspecto aparece nas classes G2 e G3, mas com percentuais de apenas 2,2% e 2,9%, respectivamente.

Ao comparar esses resultados com os anteriores, verifica-se que a maioria considerou a higiene ótima e boa, e não houve nenhum percentual que a consideraram de péssima, o que difere dos resultados obtidos em 2003. Se consideradas apenas as classificações “ótimo e bom”, os resultados ficam acima de 80%, em todos os grupos analisados em 2003, e em torno de 90%, nos anos de 1999 e 2001. Vale ressaltar que o restaurante conta com gerenciamento de produção efetuado por profissional nutricionista, que conta com a contribuição de estagiários de curso de graduação em nutrição.

Quanto ao atendimento, houve similaridade com os da avaliação da higiene. Entretanto, quando comparadas com as pesquisas dos anos de 1999, 2001 e 2003, o nível de satisfação vem gradativamente decrescendo. Em 1999, 53,8% dos usuários classificavam o atendimento como bom e 38,6%, como ótimo; em 2001, esses percentuais se reduziram para 51% e 38%, respectivamente; e em 2003, apenas 51% dos usuários o classificaram

como bom e 36%, como ótimo. Esse comportamento revela que, ao longo do tempo, ampliou o número de usuários que classificaram o atendimento como regular e evoluiu, em sentido contrário, os que o apontavam como bom e ótimo. Observa-se que, em 1999, 6,2% o consideravam como regular e, em 2003, 13,5% passaram a avaliá-lo como regular.

A pesquisa referente à localização mostrou que o maior grau de satisfação do usuário situava nas classes de menor renda, 70%, entre bom e ótimo, enquanto a classificação péssima estava na de renda acima de 4 SM, que, de forma geral, é o segmento mais exigente. Porém, esse fato não descaracteriza a localização como boa ou ótima para a maioria dos entrevistados, tanto na pesquisa estratificada por renda quanto na não-estratificada dos anos anteriores. Em 2001, a totalização dos percentuais bom e ótimo, 82%, foi superior à de 2003, na ordem de 65,8%.

No grupo de faixa de renda G3, todos os usuários classificaram a qualidade da refeição como ótima, boa e regular, faixa em que não houve classificação ruim ou péssima. No grupo G1, nenhum usuário a classificou como péssima e, no grupo G2, houve maior percentual de insatisfação. De forma geral, a qualidade da refeição foi considerada ótima por todos os grupos de renda, uma representatividade em torno de 50% nas três faixas consideradas.

Ao comparar o ano de 2001 com o de 2003, percebe-se que a qualidade da refeição melhorou, já que, em 2001, 41% dos usuários a classificaram como ótima e, em 2003, 50,5%. De maneira distinta daqueles que a consideravam como boa em 2001, 50% passaram a considerá-la de menor qualidade em 2003 (42%).

No que diz respeito à segurança interna, nos grupos de renda G1, G2 e G3, cerca de 50% dos usuários a consideraram boa. Entretanto, no grupo 3, faixa de maior poder aquisitivo, houve diferença na classificação, o que significa que houve maior grau de exigência por parte desse grupo constituído por cidadãos com maior escolaridade. O índice péssimo foi extremamente baixo, em todos os estratos.

Quanto ao aspecto segurança fora do Restaurante Popular I, ou seja, em suas proximidades, os resultados do percentual de satisfação corroboram com os obtidos para segurança interna, ou seja, os usuários tinham alto grau de segurança, uma vez que cerca de 80% destes não havia sofrido qualquer tipo de abordagem, em todos os estratos.

Quanto à comparação dos resultados obtidos em 2001 e 2003, percebe-se que o índice de abordagens fora do Restaurante Popular I havia aumentado, embora este fato ainda não fosse preocupação para 80% dos entrevistados. O aumento na criminalidade é um evento social ressaltado constantemente pela mídia, que apresenta estatísticas de ocorrências policiais não ligadas apenas à região onde se localiza o Restaurante Popular I. A região metropolitana de Belo Horizonte é tida como município de grande concentração de criminalidade, e Belo Horizonte o município com maior índice de criminalidade em Minas Gerais. Beato (1998) ressaltou que as oportunidades para o crime, oferecidas por contextos urbanos, incrementam a atividade criminosa; em sua análise, os assaltos à mão armada em Belo Horizonte, durante o ano de 1996, tiveram como alvos preferenciais os transeuntes.

### ***Preço da refeição e simulação de alterações***

Com relação ao preço cobrado pelo Restaurante Popular I, os usuários foram unânimes ao afirmar que este era ótimo ou bom, e apenas 0,2% do total de entrevistados o considerava péssimo. As classificações ótimo e bom, somadas, resultaram em um percentual de 98,8%. Em 2001, os percentuais obtidos foram semelhantes, o que demonstra que os preços praticados atendiam às expectativas dos usuários (Tabela 6).

TABELA 6 – Análise do preço da refeição do Restaurante Popular I, segundo seus usuários ( $n = 400$ ), Belo Horizonte, 2003

Preço da refeição	Total (%)	Estrato (%)*		
		G1	G2	G3
Ótimo	79,8	74,2	85,5	80,6
Bom	19,0	25,2	13,0	17,5
Regular	1,0	0,6	0,7	1,9
Ruim	0,0	0,0	0,0	0,0
Péssimo	0,2	0,0	0,8	0,0
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0

\* Renda familiar em Salário Mínimo(SM):G1  $\leq$  2SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, mais de 4 SM.

Fonte: Dados da pesquisa, 2003.

Dada a existência de subsídio no valor da refeição unitária e dado o possível aumento no custo da refeição, foram feitas simulações de aumento no preço, para três valores distintos: R\$ 1,30, R\$ 1,50 e R\$ 1,80 (Tabelas 7). Com essa variação, a sensibilidade do usuário ao preço foi inversa, ou seja, ao aumentar o preço, eles deixavam de utilizar os serviços do Restaurante Popular I gradativamente, como esperado. Esta medida teria maior impacto negativo na utilização do serviço pelos cidadãos de menor renda familiar.

TABELA 7 – Aceitação do aumento no preço da refeição no Restaurante Popular I ( $n = 400$ ), de R\$1,30 (a) para R\$1,50 (b) e R\$1,80 (c), Belo Horizonte-MG, 2003

	Total			Estrato (%)*								
				G1			G2			G3		
	a	b	c	a	b	c	a	b	c	a	b	c
Sim	79,0	60,3	30,3	73,6	55,4	24,5	81,9	62,3	35,5	83,5	65,1	32,0
Não	21,0	39,7	69,7	26,4	44,6	75,5	18,1	37,7	64,5	16,5	34,9	68,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

\* Renda familiar em Salário Mínimo(SM):G1  $\leq$  2SM, G2; de 2 a 4 SM; e G3, mais de 4 SM.

Fonte: Dados da pesquisa, 2003.

A preços de R\$ 1,30 e R\$ 1,50, os usuários consideravam, em sua maioria (79% e 60,3%, respectivamente), que o preço justificava a utilização dos serviços, porém em percentual menor do que ao preço atual de R\$ 1,00. No entanto, a R\$ 1,30, mais de 70% continuariam utilizando os serviços do Restaurante Popular I, indicador que não difere, significativamente, do encontrado na refeição a R\$1,00.

Na simulação correspondente a R\$1,50, a maioria dos usuários com percentual acima de 60%, em todas as faixas de renda, continuariam a utilizar o serviço, embora a sensibilidade ao preço fosse muito superior a R\$ 1,00 e R\$ 1,30. Caso a refeição passasse a custar R\$ 1,80, a maioria dos usuários, acima de 69% em todos os estratos, passaria a não mais utilizar os serviços, ou seja, na situação social e econômica do ano de 2003, o preço de R\$ 1,80 não seria compatível com a utilização dos serviços do Restaurante Popular I, comprovado pela sensibilidade da demanda em relação à renda e aos preços do serviço.

Observa-se que, no grupo de renda G1, o preço da refeição a R\$ 1,30 levaria 26% dos usuários a deixar de fazer a refeição no Restaurante e, ao preço de R\$ 1,80, 76% não mais se beneficiariam desta. Verifica-se, assim, que o subsídio na refeição possibilitaria que maior número de pessoas com renda até 2 SM tivesse acesso à alimentação oferecida pelo Restaurante Popular I. Outro fator relativo ao preço das refeições em restaurantes populares

é que há relativa homogeneidade nos preços cobrados. Segundo Maluf (2005), 85% deles cobram dos seus usuários R\$ 1,00 por refeição, tendo R\$ 0,65 como preço mínimo e R\$ 5,27 como máximo.

Quanto ao espaço físico do Restaurante Popular I, os resultados mostram que, no ano de 2001, 30% dos usuários o consideravam ótimo e 55%, bom. No ano de 2003, 18% destes o consideraram ótimo e 50%, bom, ou seja, verifica-se que a satisfação com o espaço físico, na classificação ótima, sofreu queda de 25%, de 2001 para 2003. O incremento no número de refeições/dia contribui para redução relativa no espaço físico disponível para os usuários.

No que diz respeito à imagem do Restaurante, observa-se que, antes de conhecê-lo em 2001, 60% não tinham informação sobre o serviço oferecido, a exemplo do ocorrido em 2003, cujo percentual foi de 50% (CARVALHO, 2001).

Constatou-se, ainda, mudança de conceito, uma vez que a caracterização do restaurante como um “lugar sujo”, apontado por 13% dos usuários, havia sido feita em análises anteriores; atualmente, apenas 1,9% considerava a higiene ruim ou péssima.

O conceito de que “apenas mendigos” o freqüentavam, conforme apontado por 20,7% dos usuários, deve-se à falta de conhecimento do serviço e também ao preconceito sobre o serviço prestado pelo Restaurante Popular I. Pode ter contribuído para esse percentual a falta de divulgação e de esclarecimentos sobre os serviços pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

#### 4.3. Receita, custos e subsídios da refeição do Restaurante Popular I, de Belo Horizonte

As Tabelas 8 e 9 mostram o conjunto de informações sobre custos e receitas, no primeiro semestre de 2003. Ao comparar a variável receita com vendas e custo total, verifica-se que o custo total representou 51,54% da receita. Outra variável importante é o custo unitário da refeição, que, de janeiro a junho de 2003, teve valor médio de R\$ 1,95, o que comprova um subsídio médio, no mesmo período, de R\$ 0,96 para o bandeirão, que é vendido a R\$ 1,00; para o marmitex, vendido a R\$ 1,50; e para o caldo (jantar), R\$ 0,50. Esse aspecto é uma das justificativas para o alto percentual de satisfação dos usuários com essa alternativa de alimentação. Nos três estratos, 70% dos usuários consideravam o preço da refeição ótimo (G1, 74,2%; G2, 85,5%; G3, 80,6%).

TABELA 8 – Preço médio e quantidade média de refeições do Restaurante Popular I, Belo Horizonte, janeiro a junho de 2003

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho
Média diária de almoços	4.460	4.601	4.776	4.836	4.825	4.788
Preço do almoço ( R\$)	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Média diária de caldos	489	494	555	547	628	630
Preço do caldo (R\$)	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50
Média diária de marmitex	211	275	411	441	506	581
Preço do marmitex (R\$)	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50
Preço médio das refeições (R\$)	0,97	0,98	0,99	0,99	0,99	0,99

Fonte: Secretaria Municipal Adjunta de Abastecimento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

TABELA 9 – Custos e receitas do Restaurante Popular I, Belo Horizonte, janeiro a junho de 2003

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho
Custo total (R\$)	218.476	219.386	209.774	213.281	228.538	223.087
Custo refeição (R\$)	1,98	2,09	2,06	1,85	1,85	1,85
Receitas (R\$)	110.473	105.208	102.051	115.406	123.863	119.473
Preço médio (R\$)	0,97	0,98	0,99	0,99	0,99	0,99
Subsidio total (R\$)	108.003	114.334	107.722	97.875	104.674	103.614
Subsídio unitário (R\$)	1,01	1,11	1,07	0,86	0,86	0,86

Fonte: Secretaria Municipal Adjunta de Abastecimento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

No entanto, percebe-se que, no estrato de renda mais baixa, o preço de R\$ 1,00 teve peso alto na avaliação, embora a grande maioria o considerasse ótimo.

#### 4.4. *Correlação entre a variável renda e as variáveis que definem o perfil socioeconômico dos usuários*

A Tabela 10, apresenta os resultados dos coeficientes de correlação estimados entre a variável renda e as demais variáveis analisadas. Pode-se verificar associação entre essas variáveis, sem especificar a causalidade. Constata-se associação negativa e significativa entre renda e faixa etária, o que indica que as pessoas de maior idade possuíam menor renda, ou seja, os aposentados tinham menor renda que as pessoas inseridas no mercado de trabalho, o que indica que o Restaurante Popular I era importante para este público, o que condiz com os resultados já apresentados.

TABELA 10 – Coeficiente de correlação simples entre a variável renda e as variáveis selecionadas

Variável	Coeficiente de correlação
Sexo	0,026 <sup>NS</sup>
Faixa etária	- 0,151 <sup>***</sup>
Escolaridade	0,467 <sup>***</sup>
Composição da renda familiar	0,317 <sup>***</sup>
Familiares que freqüentavam o RP	- 0,135 <sup>***</sup>
Freqüência ao RP	- 0,008 <sup>NS</sup>

\*\*\* Significativo a 1%.

NS – Não-significativo.

O coeficiente relacionado com a variável sexo foi não-significativo, o que indica a não-existência de discrepância na renda, pelo fato de o usuário ser do sexo feminino ou masculino.

A escolaridade, por sua vez, apresentou coeficiente positivo e significativo, o que mostra que quanto maior a escolaridade, maior a faixa de renda.

Quanto ao número de pessoas que compunham a renda familiar, a correlação com a variável renda foi significativa, o que implica que o número de pessoas que a compunha tinha relação direta com a renda familiar, ou seja, quanto maior o número de pessoas, maior a renda agregada, como era de esperar em análise de valores brutos.

Por um lado, a variável número de membros da família que freqüentavam o Restaurante Popular I apresentou coeficiente de correlação negativo e significativo, resultado que mostra que nas famílias que tinham menor renda se encontrava o maior número de pessoas que o freqüentavam. Por outro, a variável freqüência, ou seja, o maior número de vezes que as

peças faziam refeições no Restaurante, está associado negativamente à renda, porém o coeficiente foi estatisticamente igual a zero.

Em síntese, a variável renda está 1% associada a todas as variáveis selecionadas na análise, com exceção das variáveis sexo e frequência ao Restaurante Popular I. A renda é diretamente correlacionada com a escolaridade e com a composição da renda familiar, e inversamente correlacionada com faixa etária e com o número de familiares que o freqüentavam.

## 5. Conclusões

Os resultados da análise da caracterização do público beneficiado pelo serviço do Restaurante Popular I, no ano de 2003, mostraram que a maior parcela era composta por pessoas que possuíam renda familiar até 4 SM. Ao comparar o estudo feito no ano de 1993 com o de 1994, nota-se que o maior percentual de usuários tinha renda familiar até 2 SM, nos dois períodos estudados. Esse resultado indica, *a priori*, que houve mudança no perfil do usuário.

Com relação às demais variáveis, como sexo, faixa etária, local de residência, profissão e número de freqüentadores por família, não foi observada expressiva alteração no perfil dos usuários. A variável escolaridade, no entanto, apresentou variação nos anos estudados, já que, nos anos de 1994, 1999 e 2003, o maior índice era de pessoas com nível de escolaridade de segundo grau e, nos de 1995, 1997 e 2001, de primeiro grau.

Os resultados da avaliação dos serviços prestados pelo restaurante permitem inferir que os usuários, na média, apresentavam elevado grau de satisfação. Apenas no item atendimento detectou-se queda no índice satisfação, quando se comparam os anos de 1999 e 2001 com o de 2003. Em 1999, 38,6% dos usuários o classificaram como ótimo; em 2001, esse percentual caiu para 38%; e em 2003, para 36%.

O item localização teve grau de importância maior, quanto menor era a renda do usuário, o que indica que os de menor renda não podiam comprometer parcela significativa de seus recebimentos com deslocamento. As demais variáveis, qualidade da refeição, segurança interna e em suas imediações, preço cobrado pela refeição, espaço físico e imagem do Restaurante, permaneceram estáveis nos anos estudados.

Na correlação entre renda e variáveis selecionadas, constata-se associação direta entre esta variável e escolaridade e composição da renda familiar. Já as variáveis 'faixa etária' e 'número de familiares que freqüentavam o estabelecimento' tiveram comportamento inversamente associado com renda. As variáveis 'sexo' e 'frequência ao Restaurante' foram não-significativas, o que impediu que se avaliasse o grau de associação.

Com relação ao subsídio oferecido pela prefeitura municipal de Belo Horizonte, conclui-se que este era significativo para o público que utilizava os serviços prestados pelo Restaurante Popular I. Esse subsídio é um instrumento importante de transferência de renda, já que beneficia a população, de forma geral. Embora todas as camadas de renda possam usufruí-los, a análise indicou que os usuários se situavam, predominantemente, nas faixas de renda familiar até 4 SM. Esse tipo de subsídio pode ser enquadrado nos programas sociais, que, apesar de demandarem tempo para consolidar os resultados, são importantes instrumentos de apoio econômico e social às camadas menos favorecidas da sociedade, as quais os utilizam para complementar indiretamente sua renda.

As políticas sociais destinadas aos grandes centros urbanos, que, via de regra, não estão relacionadas diretamente com ajuda alimentar, devem diversificar as formas de acesso por meio de mecanismos que reduzam o preço e facilitem o consumo de alimentos com qualidade e produzem efeito direto e imediato. Dessa forma, a prefeitura municipal de Belo

Horizonte, por meio dessa ação, está intervindo, de forma positiva, no apoio à população carente por meio do mercado de alimentação pronta, proporcionando maior flexibilidade às pessoas que transitam pelo hipercentro da capital e residem distante desta. Em grandes metrópoles como Belo Horizonte, contingente considerável da população que trabalha necessita alimentar-se fora de seu domicílio e, por questões de restrição orçamentária, o Restaurante Popular I é uma alternativa, já que é saudável em termos nutricionais e tem custo acessível.

Os resultados levam a concluir sobre a viabilidade da experiência dos serviços prestados pelo Restaurante Popular I, estratégia de importância fundamental para populações residentes em grandes centros urbanos, já que atua na redução das diferenças sociais existentes.

## Referências Bibliográficas

ARANHA, A.V. *Segurança alimentar, gestão pública e cidadania: a experiência do município de Belo Horizonte – 1993/1999*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

ALMEIDA, M. A. *Política de Abastecimento*. Polis: desenvolvimento Social, São Paulo, n.78. 1997. (Disponível em <http://www.polis.org.br>, acesso 28/03/06)

BEATO F, C. C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.13, n.37, p.74-87, 1998.

BELIK, W., GROSSI, M.D. O programa fome zero no contexto das políticas sociais no Brasil. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL*, 41, 2003, Juiz de Fora. Anais... Brasília: SOBER, 2003.

CARVALHO, R.P. *Pesquisa sobre o Restaurante Popular*. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 2001.

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional*. 2004, Brasília: Positiva. 80 p.

DIEESE. *1.º de maio – dia do trabalhador a questão do salário mínimo*. São Paulo, 2004. Disponível em: <[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)>. Acesso em: 08 jun. 2004.

ESCODA, M. do S. Q. Investimento no capital humano: uma análise da política de nutrição-RN. *Cadernos FUNPEC*, v.2, n. 2 e 3, 05/1983. Disponível em <http://www.ufrnet.br/~scorpius/37-Inv%20Cap%20Hum.htm>, acesso em 28/03/2006.

GOMES, J.R. Alimentação e trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 10, n. 40, p. 13-15, 1982.

HOFFMANN, R., VIEIRA, S. *Análise de regressão: uma introdução à econometria*. São Paulo: Hucitec, 1977. 339 p.

INSTITUTO PÓLIS. Apresentação da pesquisa “Mapeamento e caracterização de restaurantes populares”-Instituto Polis, 2005. Instituto Polis, São Paulo,13p. 2005. Disponível em <http://www.polis.org.br>. Acesso em 28/03/06.(relatório de pesquisa para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome)

LACZYNSKI, P.. *Política de abastecimento de Belo Horizonte*. Dicas: Idéias para a ação municipal. Instituto Polis, São Paulo. n.151, 2000. Disponível em <http://www.polis.org.br>. Acesso em 28/03/06

LIMA, D.B. *Condições socio sanitárias, padrão alimentar e perfil nutricional de crianças nos dois primeiros anos de vida, no município de Belo horizonte – Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Nutrição e Saúde, Viçosa-MG, 2005.

MALUF, R.S. Análise dos resultados da pesquisa “Mapeamento e caracterização de restaurantes populares”-Instituto Polis. Instituto Polis, São Paulo, 9 p. 2005. Disponível em <http://www.polis.org.br>. Acesso em 28/03/06.

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Restaurante Popular*. Disponível em <http://www.mds.gov.br/servicos/servico02.asp>, acesso em 12/12/2005.

MENEZES, T.; SILVEIRA, F.G.; MAGALHÃES, L.C.G.; TOMICH, F.A.; VIANNA, S.W. *Gastos alimentares nas grandes regiões urbanas do Brasil: aplicação do modelo aid aos microdados da POF 1995/1996 IBGE*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão n° 896).

MOREIRA, C. *Restaurantes populares e políticas*. In: POLIS, 2005 São Paulo: Instituto Polis, 2005. 13p Disponível em <http://www.polis.org.br>.

MOURA, J.B. Avaliação do programa de alimentação do trabalhador, no Estado de Pernambuco, Brasil. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 20, p. 115-128, 1986.

NABUCO, M.R.; PESSÔA, M.J.S. *A experiência do Restaurante Popular de Belo Horizonte como um instrumento de segurança alimentar*. São Paulo: Instituto de Cidadania, 2001. (Projeto Fome Zero: Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil).

PROENÇA, R.P.C. *Inovação tecnológica na produção de alimentação coletiva*. Florianópolis: Insular, 1997. 136 p.

SANTOS, S.M.C. *Política municipal de abastecimento e segurança alimentar de Belo Horizonte*. In: FARAH, M.F.S.; BARBOSA, H.B. *Novas experiências de gestão pública e cidadania*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000 (Coleção FGV Prática)

SOARES, S; IZAKI, R. S. *A participação feminina no mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão n° 923).